

Autonomia financeira: uma questão de gênero

Financial autonomy: a gender issue

DOI:10.34117/bjdv8n4-112

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

Tabatha Benitz

Mestrado em Ciências Biológicas

Instituição: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-OS/MCTI

Endereço: Fonte Boa, Estr. do Bexiga, 2584, Tefé - AM, CEP: 69553-225

E-mail: tabathabenitz@gmail.com

Patrícia Carvalho Rosa

Doutorado em Antropologia

Instituição: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-OS/MCTI

Endereço: Fonte Boa, Estr. do Bexiga, 2584, Tefé - AM, CEP: 69553-225

E-mail: pati.carvalho.rosa@gmail.com

RESUMO

O acesso ao mercado de trabalho e possibilidades de empreender é um caminho que se apresenta diferentemente a cada grupo ou indivíduo, dependendo da origem, cor e principalmente gênero. Muitos foram os avanços na inserção das mulheres nesses espaços, mas ainda insuficiente e precarizados quando se trata de mulheres com determinados marcadores sociais. A autonomia financeira para as mulheres se mostra em muitos casos como uma necessidade estruturante para que essa consiga sair da situação de violência. Este trabalho apresenta o Ela Pode, atividade de capacitação promovida pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora com o apoio da Google, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, realizada no mês de maio de 2019. Para compreender o envolvimento das mulheres partícipes, nos embasamos na educação popular feminista como uma ferramenta metodológica e descrevemos o perfil das 65 participantes, entre elas estavam mulheres de áreas indígenas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Floresta Nacional de Tefé e residentes de Tefé. Para isso, foram avaliadas as fichas de inscrição e recolhidos depoimentos das mulheres que estiveram na capacitação que teve duração de dois dias. Os temas abordados na capacitação foram empoderamento feminino, liderança, comunicação assertiva, redes de contato, negociação, finanças, liderança, ferramentas digitais e marca pessoal. Em uma prévia da análise das fichas de inscrição temos que das 112 mulheres inscritas apenas 6 possuem ensino superior e 15 delas são as únicas que contribuem para a renda mensal em suas famílias. Nos relatos de experiência, observa-se de forma geral o agradecimento das mulheres pelo momento vivido e oportunidade de aprendizado. Os dados evidenciam a necessidade no investimento em políticas públicas que acolham as mulheres em suas diversidades e crie incentivo às empreendedoras. Assim, olhando-se num recorte microrregional, lançamos luz as experiências dessas participantes na capacitação como ponto inicial num trabalho em construção.

Palavras-chave: ela pode, relações de gênero, geração de renda, educação popular, Amazonas.

ABSTRACT

Access to the labor market and possibilities of entrepreneurship is a path that presents itself differently to each group or individual, depending on origin, color, and especially gender. There have been many advances in the insertion of women in these spaces, but they are still insufficient and precarious when it comes to women with certain social markers. Financial autonomy for women shows itself in many cases as a structural necessity for them to be able to leave the situation of violence. This paper presents She Can (Ela Pode in portuguese), a training activity promoted by the Instituto Rede Mulher Empreendedora with the support of Google, in partnership with the Mamirauá Sustainable Development Institute, held in May 2019. To understand the involvement of the women participants, we based ourselves on feminist popular education as a methodological tool and described the profile of the 65 participants, among them were women from indigenous areas, Mamirauá and Amanã Sustainable Development Reserves, Tefé National Forest and Tefé residents. To this end, the registration forms were evaluated and testimonials from the women who attended the two-day training were collected. The themes covered in the training were female empowerment, leadership, assertive communication, networking, negotiation, finances, leadership, digital tools, and personal branding. A preview of the analysis of the registration forms shows that of the 112 women registered, only 6 have higher education, and 15 of them are the only ones who contribute to the monthly income of their families. In the experience reports, it is generally observed the gratitude of the women for the moment experienced and the learning opportunity. The data show the need for investment in public policies that welcome women in their diversity and create incentives for female entrepreneurs. Thus, looking at a micro-regional cut, we shed light on the experiences of these participants in the training as a starting point in a work in progress.

Keywords: ela pode, gender relations, income generation, popular education, amazonas.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação e ao mercado de trabalho é um caminho que se apresenta diferentemente a cada grupo ou indivíduo, dependendo da origem, cor e, principalmente, gênero. Muitos foram os avanços na inserção das mulheres nesses espaços, mas ainda insuficientes e precarizados, quando se trata de mulheres com determinados marcadores sociais. A autonomia financeira para as mulheres se mostra em muitos casos como uma necessidade estruturante para que essa consiga sair da situação de violência, quando a mulher começa a perceber que ela pode ocupar um melhor lugar na sociedade sem precisar estar à sombra de seu cônjuge. A autonomia financeira oportuniza que mulheres nessas conjunturas de vulnerabilidade consigam, por meio de seu trabalho, alterar suas condições sociais e econômicas, deslocando as estruturas de dependências patriarcais modernas por meio de seus esforços, gerando sustento a si própria e aos seus filhos, sem submeter-se aos agravos de relações poder (Teixeira, 2012).

A partir de 2000 a ocorrência de ações integradas entre o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério de Desenvolvimento Agrário em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, possibilitou mudanças importantes em relação às estruturas de produção de desigualdades de gênero. Dessa articulação e agenda política fomentou-se a criação da política de crédito específico através do Pronaf Mulher e o Programa Nacional de documentação da Trabalhadora Rural. No cenário nacional em que as mulheres são responsáveis, em sua maioria, pela produção que se destina ao autoconsumo familiar (Figura 1), e também vem conquistando espaço nas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, estas políticas são asseguradas pela criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (MDA, 2013), buscando criar mecanismos para promoção de cidadania e igualdade entre gêneros.

Figura 1. Agricultora no processo de produção da farinha, uma das bases na alimentação amazense



Nesse horizonte, as políticas públicas voltadas às mulheres rurais visam garantir os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção. A promoção de condições de equidade de gênero aborcou ainda a participação feminina na gestão, no desenvolvimento territorial e na manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais. Mas, de que modos tais políticas públicas de igualdade de gênero consideram em suas diretrizes os fatores históricos, sociais e econômicos anteriores e estruturantes das desigualdades e condições de acesso concedido às mulheres

a essas políticas e direitos? Como tornar possível a implementação dessas políticas num cenário nacional tão diverso e diversificado em termos de gênero, raça/etnia e classe, entre outros marcadores sociais de diferença?

Este trabalho apresenta o Ela Pode, minicurso promovido pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora (RME) com o apoio da Google, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, realizada no mês de maio de 2019, com duração de três dias e com participação de 112 mulheres residentes no município de Tefé e arredores, na região do Médio rio Solimões, no Amazonas. Os minicursos desse programa são oferecidos gratuitamente para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com as demandas apresentadas em cada região, com atenção especial para o Norte e Nordeste (Ela Pode, 2021). O curso tem como principal objetivo oferecer ferramentas para apoiar as mulheres no acesso ao mercado de trabalho e empreender, além de promover um espaço para trocas e rede de contato, tornando-se, nesse sentido, uma ação político-pedagógica com base na educação popular que pretende proporcionar oportunidades e articulações aos processos de emancipação individual e coletiva. O Ela Pode fortalece o empoderamento feminino por meio de pedagogias que consideram e abrigam as condições locais de atuação dessas mulheres como ponto de partida, potencializando as suas capacidades e estimulando novos conhecimentos e informações que as permitam, cada qual ao seu modo, compreender que suas condições desiguais de acesso à formação e ao mercado de trabalho são geradas dentro da lógica social moderna, calcada sob estruturas de dominação capitalista, que desvaloriza historicamente o trabalho da mulher, reduzindo sua participação ao âmbito do doméstico e a produção de sua força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico e sexista.

Em alternativa à essa construção social da subordinação das capacidades femininas, o Ela Pode apresenta a autonomia financeira como decorrente da confiança pessoal e empreendedora de cada participante num processo de emancipação social e econômico. O curso conforma-se como espaço político-pedagógico por ser capaz de gerar condições de reflexões e desconstruções de certos paradigmas estruturantes e produtores de desigualdades sociais e de gênero, gerando, assim, novas possibilidades para essas mulheres de existirem e resistirem à essas estruturas de poder no âmbito das quais suas relações com o mundo, antes sem muitos referentes, reduziam-se ao lugar residual. Para isso, o curso aborda temas sobre empoderamento feminino, liderança, comunicação assertiva, redes de contato, negociação, finanças, liderança, ferramentas digitais e marca pessoal. Com isso, mais do que oportunizar informações técnica-gerenciais aos

empreendimentos ou iniciativas criadas ou almeçadas pelas participantes, o espaço mobiliza oportunidades para incentivar e provocar a reflexão sobre as temáticas sensíveis a muitas delas, bem como surge enquanto um canal aberto e receptivo para buscar mais informações no sentido do crescimento pessoal e de seus negócios.

Esse trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências obtidas por meio desse minicurso, visando evidenciar a importância da educação popular feminista nesses espaços como meio e instrumento de fomento ao empoderamento das participantes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO POPULAR: ABORDAGENS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada foi a observação participante, análise das fichas de inscrição afim de mapear de forma geral o perfil socioeconômico e produzir depoimentos das mulheres participantes do minicurso, buscando conhecer por meio dessas ferramentas as suas expectativas e avaliações em relação ao minicurso¹. Com base na análise das fichas de inscrição, das 112 mulheres inscritas, estavam moradoras das Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã, Floresta Nacional de Tefé e zona rural do município de Tefé. Entre elas estão mulheres indígenas, ribeirinhas, artesãs, agricultoras, estudantes e comerciantes.

Durante o curso para tratar das temáticas, alcançando as mulheres alfabetizadas e não alfabetizadas, foram realizadas atividades práticas orientadas por metodologias participativas fazendo com que todas tivessem acesso ao conhecimento ali compartilhado.

Destacamos aqui o exemplo da proposta de comunicação assertiva, em que as mulheres eram provocadas a se apresentarem e, em seguida, a falar sobre os seus produtos ou serviços, em um exercício que desafiou as participantes a refletirem como se apresentam e de que forma falam de seu trabalho. Na esteira de um proposta político-pedagógica ligada à ideia de educação emancipatória, o paradigma da educação popular, inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na “conscientização” sua categoria fundamental. A reflexão sobre a prática da educação popular levou a incorporar outra categoria não menos importante: a da “organização”.

¹ As participantes concordaram e estão cientes do uso dos dados aqui citados. Não mencionamos nomes ou outros dados que possam identificá-las, respeitando sua privacidade e, com isso, minimizando riscos de desconfortos às interlocutoras.

Porque não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar (GADOTTI, 2012).

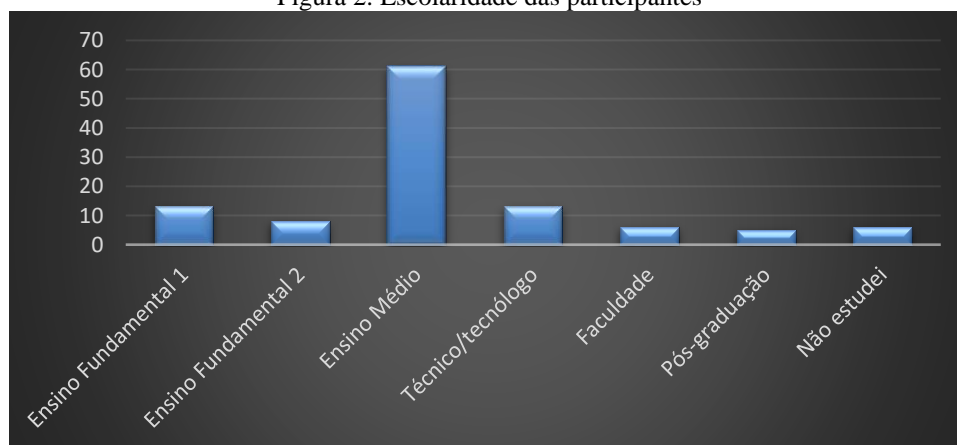
Outra prática interessante realizada no curso foi a feira ocorrida no último dia em que as mulheres levaram seus produtos para venda e exercitaram a comunicação assertiva e modos de negociação entre elas e os clientes convidados à feira. Nesse sentido, ressaltando a importância de espaços de ações afirmativas para se construir pontes de valorização e visibilidade das mulheres no mercado de trabalho e em suas vidas, a educação popular e emancipatória tem sua aplicação na concepção feminista, tornando o Ela Pode em um espaço de aprendizado somente para as mulheres. Seguro e acolhedor para que elas possam se expressar e aprender, respeitando suas percepções, trajetórias pessoais e as condições, tanto materiais quanto sociais e simbólicas, de possibilidades para atuarem.

Segundo Rosângela Bentes, embaixadora da RME no Amazonas, e facilitadora do minicurso:

“[...] A forma como o programa foi desenhado permite uma conexão com as mulheres de todos os níveis de escolaridade, porque ELA é quem importa. Os conteúdos escolhidos para trabalhar o empoderamento feminino por meio do empreendedorismo tem um alinhamento para despertar a confiança e a autoestima e, assim, a comunicação com elas acontece naturalmente” (Entrevista concedida em 30 de novembro de 2021, destaque no texto feita pela entrevistada)

Em relação a escolaridade das participantes vemos que o ensino médio completo ainda é o grau mais alto alcançado, enquanto coexiste o baixo índice de ensino superior (Figura 2):

Figura 2. Escolaridade das participantes



Discussões de Queiroz (2017), apontam que quanto maior é o envolvimento das mulheres com a educação, menor é a probabilidade que estas engravidem. Entretanto,

além do aspecto maternal, pode-se incluir nos fatores de influência da escolaridade feminina também, uma manifestação de sua baixa valorização, reduzindo suas aspirações de carreira. De acordo com Anuário Brasileiro de Educação Básica (2020), no Brasil 25% dos mais ricos possuem a média de 13,6 anos de estudo. 3,4 anos a mais que os 25% mais pobres. Na região norte esse índice, em 2019, apontou média de 11 anos de estudos para a população geral, sendo que esse dado se altera quando considerado o urbano e rural, indicando 11,3 e 9,3 anos, respectivamente.

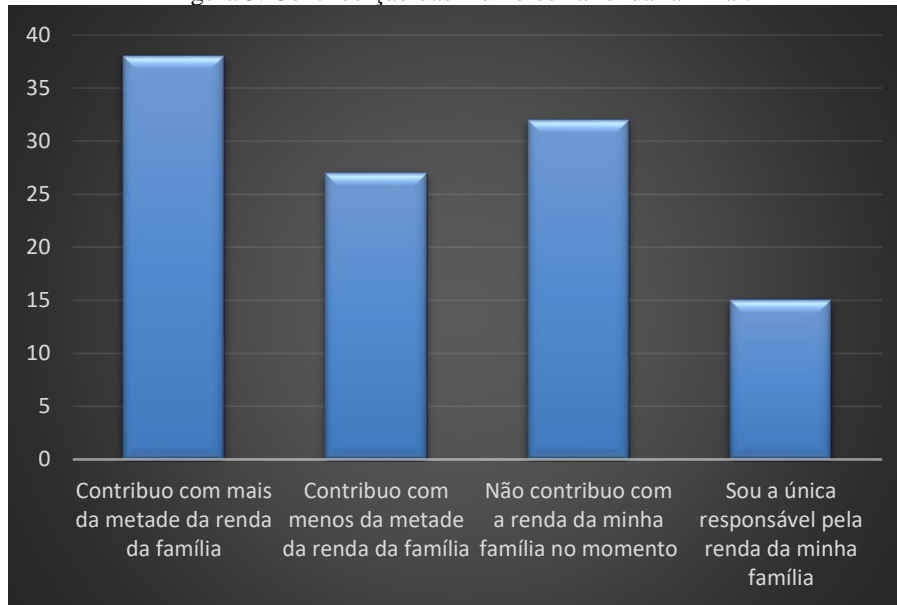
A Agência Brasil mostra com dados do IBGE que a despeito do número maior de pessoas com ensino superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. As informações embasaram-se em coletados em 2016, quando entre a população de 25 anos ou mais de idade, com ensino superior completo, as mulheres somam 23,5%, enquanto os homens 20,7%. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda os percentuais são bastante inferiores: 7% entre homens e 10,4%. Em relação ao rendimento, os dados coletados entre 2012 e 2016 mostram que as mulheres ganham em média 75% do que os homens ganham (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

2.2 EMPODERAMENTO E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

A principal forma de participação na geração de renda das 112 mulheres no minicurso ocorre por meio de trabalhos informais. Desse grupo, 90 mulheres afirmaram não possuir carteira assinada no momento da realização do curso, enquanto 22 alegaram que estavam formalmente registradas pelo empregador. Dentre as atividades realizadas pelas mulheres foram citadas aquelas ligadas à agricultura familiar, ao comércio, atividades de produção e venda de artesanato, beneficiamento de produtos naturais (para fins alimentícios e medicinais), serviços administrativos, recepção, prestação de serviços na área de beleza, costura e alimentação. Um outro dado interessante é que dentre as participantes 82 delas alegaram que já empreendem de alguma forma.

No que diz respeito à contribuição com a renda familiar 15 delas são as únicas que compõem a renda mensal, demonstram que a participação financeira das mulheres é importante na composição da renda familiar (Figura 3).

Figura 3. Contribuição das mulheres na renda familiar.



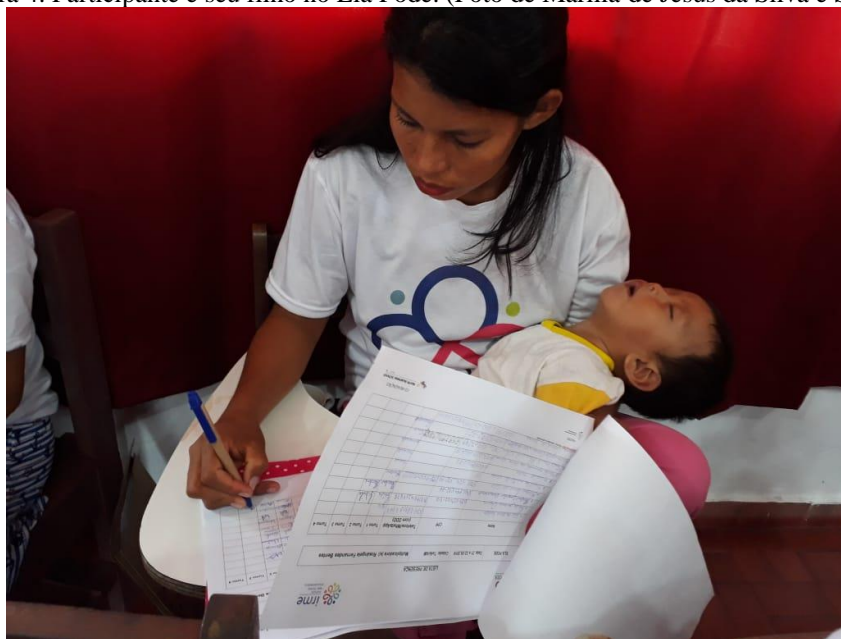
No 3º trimestre de 2020, segundo Indicadores do IBGE, a taxa de desocupação no Brasil é maior para as mulheres, sendo 16,8%, enquanto para os homens esse índice é de 12,8%. De acordo com o relatório Estatísticas de Gênero do IBGE (2010), 37,3% das mulheres eram as responsáveis pela renda familiar em seus domicílios, sendo que 39,3% estão no meio urbano e 24,8% na zona rural. O IBGE apresenta outro aspecto interessante, mas relacionado com a presença de filhos de até 5 anos de idade na família, uma vez que 30,3% das famílias que contam com filhos nesta idade têm a mulher como responsável. Esses dados nos levam a uma outra discussão sobre os cuidados com as pessoas e o tempo que as mulheres dedicam a atividades que não são remuneradas, mas que contribuem diretamente para todo o grupo familiar. Segundo dados do IBGE, No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas).

Mediante esse panorama nacional resgatamos nos relatos de experiência das participantes do Ela Pode, em Tefé, aspectos que refletem na região componentes estruturantes na base desses sistemas de desigualdades de gênero apresentadas. Ao ouvi-las, observa-se, de forma geral, o agradecimento das mulheres pelo momento vivido e pela oportunidade de aprendizado acessada. Depoimentos foram registrados em que muitas mulheres apresentaram o desafio de acesso também aos espaços de decisão nas comunidades de origem, e, até mesmo de capacitações que as possibilitem mudar o cenário de desigualdades, como o que vemos na fala a seguir: “ [...] achei bom é que pude trazer meu filho. Já deixei de participar de muitos cursos e reuniões em minha

comunidade porque tinha que ficar em casa com meus filhos, e daí só meu marido participava” (Figura 4). Ainda com dados das estatísticas de gênero do IBGE em 2019 a região norte obteve a maior taxa de fecundidade de adolescentes no Brasil sendo essa de 84,5%, o que acaba dificultando que essas mães acessem cursos, especializações ou até mesmo consigam concluir seus estudos.

Essa fala nos remete ao entendimento das relações de gênero penetradas amplamente nas ciências sociais e humanas e, inegavelmente, analisar o mundo do trabalho feminino pressupõe abordar as tramas que relacionam seu exercício à família. As atividades que mulheres e homens realizam no interior de seus domicílios para manter a vida, sejam remuneradas ou não, guardam uma marca de desprestígio social, e são vistas como o lugar da mulher na sociedade (Hildete Pereira de Melo, 2016). Segundo estatísticas de gênero do IBGE, no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). E nesse sentido, outra participante comenta que, “[...] esse curso mexeu com a minha cabeça, estou com vontade de sair daqui e fazer tanta coisa por mim”, enquanto outra participante escreveu na ficha de avaliação feita após o Ela Pode que, “[...] estou saindo desse curso diferente de quando cheguei, agradeço a todas que estiveram aqui por esses dias”.

Figura 4. Participante e seu filho no Ela Pode. (Foto de Marília de Jesus da Silva e Souza)



Embora o minicurso seja uma ação pontual, ele tem o propósito de gerar reflexões e impulsionar as mulheres que participaram a buscarem novos caminhos em suas vidas, como podemos observar nos relatos apresentados. Desse modo, a questão do empoderamento tratado no curso e apresentada por meio de uma abordagem da educação popular e da pedagogia emancipatória, emerge com o intuito de mostrar a cada uma das participantes que elas podem fazer, realizar, estudar, aprender, empreender, entre outras ações, que geralmente não são imaginadas como possíveis.

A partir da abordagem da temática de empoderamento observamos que muitas mulheres compartilhavam suas histórias de vida, tornando-se perceptível os desafios em cada uma das falas, havendo destaque para o modo como a grande maioria delas referiam-se aos maridos numa relação opressora.

Uma das participantes menciona em seu relato “*que só após o falecimento de seu esposo, foi que ela conseguiu autonomia para fazer suas coisas*”. Outras mulheres contaram que apenas tiveram a oportunidade de praticar autocuidados, como comprar uma maquiagem, shampoo, ou ainda uma roupa ou brinquedo especial para o filho, depois que começaram a empreender e ter suas próprias condições de consumo. Com isso, driblam a dependência econômica dos esposos. Por outro, lado, mulheres que já empreendiam reforçavam também o desafio das relações conjugais alicerçadas em parâmetros e princípios que desvalorizam e descapacitam as capacidades femininas, compartilhando do desafio que criar e gerir suas autonomias e formas de empoderamento econômico representaram inicialmente nesse processo de mudança. E, mais do que isso, elas mostravam os efeitos sensíveis das amarras patriarcais, informando que perderam oportunidades de se aperfeiçoarem, ou até mesmo de viajarem devido ao impedimento imposto por seus maridos.

Em resposta a esse cenário, Rosângela Bentes comenta sobre a importância do Ela Pode para o empoderamento feminino e pontua informando que “[...] o programa tem vários pontos importantes para o empoderamento feminino, mas com nitidez digo que a autoestima, a transformação pessoal e o reconhecimento que ela pode ir além, são os mais evidentes”.

Sobre a questão de relatos de casos de violência (de todos os tipos) durante a realização do Ela Pode, Rosângela Bentes expressa que:

“ o programa por ser exclusivo para mulheres, além das metodologias utilizadas e seus conteúdos estrategicamente escolhidos para elevar a autoestima e o empoderamento feminino para empreender. Durante a

realização, sim, há relatos de vários casos de violência e tudo por conta da dependência financeira”. (Entrevista concedida em 30 de novembro de 2021))

Essas falas nos permitem conectar as experiências dessas mulheres ao que Silva (2010) pontua sobre os processos de empoderamento ocorrerem em arenas conflituosas, onde necessariamente se expressam relações de poder que precisam ser encaradas como algo plástico, flexível. Logo, modificável pela ação-reflexão-ação humanas. Isso ocorre, de acordo com o autor na medida em que os indivíduos compreendam sua inserção histórica passada, presente e futura, e sintam-se capazes e motivados a modificar sua realidade.

Essas relações de poder podem ser identificadas em três níveis, concretizados em diferentes dimensões da vida social. O nível pessoal desencadeia convicção acerca da própria competência e capacidade e possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, perseguição de objetivos idealizados, promove estruturas decisórias participativas, o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O nível estrutural desencadeia sensibilização para recursos existentes, utilização de oportunidades de apoio externo, mediação de capacidades associativas, motivação com ideias e visões ou com iniciativas e projetos que promovem ações conjuntas. O Ela pode, então, seria um espaço e experiência coletivo (Figura 5) que promove inserção de mulheres nos projetos sociais e políticos, fomentando a criação e conquista de espaços de participação na perspectiva da cidadania, como sugerido por Silva (2010).

Figura 5. Momento de dinâmica no sentido de coletividade durante o minicurso (Foto: Marília Sousa)



E nessa perspectiva do grupo de mulheres em ação afirmativa abre-se um espaço para compartilhamento de experiências pessoais que evidencia os casos de vários tipos de violência que as mulheres veem enfrentando ao longo de sua jornada. Afinal, não é uma pergunta fácil de se responder, mas quantas mulheres não saem da situação de violência devido a sua dependência financeira?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos dados e análise incipiente sobre o perfil de formação das mulheres e suas percepções sobre autonomia financeira como prática de empoderamento durante o curso Ela Pode, realizado em 2019 em Tefé, reunindo 112 mulheres do campo, urbanas, indígenas, ribeirinhas e agricultoras familiares, nos permite pensar algumas questões e traçar problemáticas e agendas de pesquisa e extensão para melhor compreender/apoiar, entre outros aspectos:

1) como as mulheres do campo relacionam seus saberes e condições de atuação nos espaços-territórios que ocupam; 2) nesse âmbito, como se dão as relações produtivas e as formas de participação nos domínios de tomadas de decisão, em diferentes níveis e espaços sociais?; 3) quais os mecanismos existentes para superar as desigualdades de gênero nesses contextos e de que forma podemos relacionar a precariedade histórica e condições de acesso aos direitos e à autonomia financeira como os dispositivos de dominação e de produção de distinções de gênero mais amplos associados às lógicas capitalistas, onde o patriarcado, casamento e o trabalho são formas de subordinação do saber e do poder de ação feminino? 4) até quando as mulheres precisarão gerenciar a pobreza financeira em suas vidas?

Desse modo, novas estratégias precisam ser problematizadas, a fim de que seja refletido e repensado o cenário em que as mulheres estão inseridas, na tentativa de traçar uma nova realidade para elas nos territórios onde estão, ou onde queiram estar. O meio rural é um espaço no qual as relações sociais de desigualdade de gênero são latentes, daí a necessidade de construção da igualdade entre homens e mulheres, sendo através de políticas públicas ou projetos de empoderamento feminino, como o Ela Pode. Os dados evidenciam a necessidade no investimento em políticas públicas que acolham as mulheres em suas diversidades e crie incentivo às empreendedoras. Estudo realizado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mostra que apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões

previstos na Lei Orçamentária de 2020 foram efetivamente gastos com as políticas públicas para mulheres (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Assim, olhando-se num recorte microrregional, lançamos luz as experiências dessas participantes no minicurso como ponto inicial num trabalho em construção e fechamos esse texto com frases das participantes e uma foto coletiva que marca a pluralidade e diversidade do encontro (Figura 6).

*(...)“foi um momento maravilhoso de aprendizado”
“não podemos desanimar por mais que esteja difícil”
“queria muito que minhas filhas estivessem aqui participando”
“se eu trabalhar direitinho as coisas vão melhorar, tenho fé nisso”
“estava passando por um momento difícil e esse encontro me fortaleceu”
“precisamos de mais cursos como esse para aprendermos mais e reunir as mulheres”(...)*

Figura 6. Participantes do Ela Pode em Tefé



REFERÊNCIAS

Agência Brasil, 2018. Acesso disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>

Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2020. Acesso disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/escolaridade.html>

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>

ELA PODE, O Programa, Acesso em 7 de maio de 2021, disponível em: <https://elapode.com.br/o-programa/>

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO, Uma Análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, Estudos e Pesquisas – Informações Demográfica e Socioeconômica, número 33 – Sistema Nacional de Gênero. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> .

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO: INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n 38, 2ª edição, ISBN 978-65-87201-51, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma cauda comum. Congresso Internacional de Pedagogia Social, Julho de 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200013

INDICADORES IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2020 – Julho/Setembro de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf

MELO, H. P. Relações de Gênero, Raça e Etnia no Mercado de Trabalho Brasileiro no Século XXI. Revista da ABET, v. 15, n. 1, Janeiro a Junho de 2016.

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1040?show=full>

QUEIROZ, J. V.; GONÇALVES, L. A.; KRÜGER, G. N; Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499435808_ARQUIVO_Artigo%20\(Recuperado\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499435808_ARQUIVO_Artigo%20(Recuperado).pdf)

TEIXEIRA; M. S. Perfil da Mulher no Mercado de Trabalho. ID online - Revista de Psicologia. Ano 6, n. 17, ISSN 1981-1179, jul/2012.

SILVA; W. R. Empoderamento de Participantes de Pesquisa em Linguística Aplicada. In: Raído, Dourados, MS, v. 4, n. 8, p. 119-139, jul./dez. 2010).